



JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

## SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (PB-SLC)

### CONTRATO

#### TERMO DE CONTRATO Nº 22/2025 - JFPB

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, ANTEPROJETOS E PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA E A EMPRESA ACTUS EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, NA FORMA ABAIXO:**

Aos 14 (catorze) dias do mês de agosto de 2025, de um lado a **UNIÃO**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NA PARAÍBA**, inscrita no CNPJ nº 05.433.643/0001-42, com sede na Rua João Teixeira de Carvalho, 480 – Brisamar – João Pessoa (PB), neste ato representada pelo(a) MM(a) Juiz(a) Federal Diretor(a) do Foro, no uso de suas atribuições, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **ACTUS EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.670.561/0001-02, com endereço na avenida Coronel Neto, nº 350, bairro Goiabeiras - CEP: 78.032-060 - Cuiabá-MT, Telefones: (65) 3624-3510, Whatsapp: (65) 9.9983-9890, E-mail: actusadmlic@gmail.com, neste ato representada pelo seu sócio-administrador, Sr<sup>a</sup> Tatiana Helena Durante, CPF nº 620.647.032-68, no uso de suas atribuições, e daqui por diante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o disposto no processo administrativo SEI nº 0001411-12.2023.4.05.7400, e em observância ao regime jurídico das licitações e contratos administrativos instituído pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações posteriores e regulamentos infralegais vigentes, celebram, por força do presente instrumento contratual, **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, ANTEPROJETOS E PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS**, com execução indireta pelo REGIME POR PREÇO GLOBAL, conforme cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente termo de contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia para elaboração de estudos preliminares, anteprojetos e projetos básicos e executivos para construção, reforma, ampliação, recuperação e modernização de edificações públicas, conforme resumo abaixo:

<b>Grupo e/ou Item</b>	<b>Und .</b>	<b>Quantidade</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>
1-2	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de arquitetura, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes - REFORMA DE BANHEIROS E COPAS
1-3	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de paisagismo, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-4	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de sinalização e identidade visual, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-5	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de acessibilidade, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-6	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de <b>maquete eletrônica, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-7	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de fundação (infraestrutura), por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-8	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de estrutura (superestrutura), por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-9	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de instalações elétricas prediais, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-10	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de instalações de rede estruturada de telefonia (voz) e lógica (dados), por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-11	Unid.	1.700 (doc. 530 9416))	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de sistemas prediais de CFTV e controle de acesso, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-12	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio (PCI), por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-13	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de instalações hidrosanitárias prediais, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes

1-14	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de instalações prediais de drenagem de água pluviais, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-15	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de sistemas prediais de climatização, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-16	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de fachadas, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-17	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de subestação e gerador, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-18	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de impermeabilização, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-19	Unid.	780 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de pavimentação, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-20	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de elevadores, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-21	Unid.	1.700 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de instalações de SPDA, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes
1-22	Unid.	1.500 (doc. 530 9416)	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de <b>sistema de minigeração fotovoltaica on-grid, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes

**Parágrafo primeiro.** As características técnicas completas do objeto da presente contratação são aquelas detalhadas no Termo de Referência/Projeto Básico anexo, sendo vinculativas às partes, conforme definido na Cláusula Segunda deste Termo de Contrato.

**Parágrafo segundo.** Na execução do objeto da presente contratação, as partes contratantes deverão observar estritamente todas as especificações técnicas, metodologias, condições e prazos fixados no Termo de Referência/Projeto Básico anexo, sob pena de responsabilidade

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

A presente contratação vincula-se aos termos e condições fixadas no Edital da licitação na modalidade de Pregão sob o número 20/2023, regularmente tramitada nos autos do Processo Administrativo de Contratação SEI nº 0001411-12.2023.4.05.7400, contendo como documentos integrantes, como se nela estivessem transcritos, cujos teores consideram-se conhecidos e acatados pelas partes, sem prejuízos da aplicação de normas técnicas e legislação vigentes relativa ao objeto contratual, particularmente quanto a(ao):

- a) Edital de Licitação nº 20/2023 (doc. 3740251), bem como todos os seus anexos;
- b) Projeto Básico/Termo de referência (doc. 3705473), bem como todos os seus anexos; e,
- c) Proposta da CONTRATADA e seus anexos (doc. 3861440)

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

A execução do objeto da presente contratação será de forma **indireta**, segundo o **regime de execução POR PREÇO GLOBAL**.

**Parágrafo único.** Não será permitida a transferência total, a qualquer título, da execução do objeto desta contratação a terceiros.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

A vigência da contratação deverá ser dimensionada considerando que o prazo de execução será de **150 DIAS**, considerando a dimensão, natureza e complexidade da demanda, conforme CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO a seguir:

- a) ETAPA DE ESTUDOS PRELIMINARES E ANTEPROJETO - Prazo de até 20 DIAS, contados da assinatura do termo de contrato;
- b) ETAPA DE PROJETO BÁSICO - Prazo de até 70 DIAS, contados da aprovação do anteprojeto pela Equipe de Gestão e Fiscalização;
- c) ETAPA DE PROJETO EXECUTIVO - Prazo de até 40 DIAS, contados da aprovação do anteprojeto pela Equipe de Gestão e Fiscalização;
- d) ETAPA DE ENTREGA E RECEBIMENTO PROVISÓRIO - Prazo de até 15 DIAS, contados da entrega dos projetos e demais documentos técnicos pertinentes; e,
- e) ETAPA DE RECEBIMENTO DEFINITIVO - Prazo de até 5 DIAS, contados do recebimento provisório.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

As partes que integram a presente relação contratual comprometem-se a cumprir rigorosamente as obrigações diretamente elencadas nos parágrafos seguintes, sem prejuízo de quaisquer outras previstas nas demais cláusulas e condições expressamente contidas neste termo de contrato e nos seus anexos e documentos vinculativos, no intuito de alcançar os resultados pretendidos e preservação da qualidade na execução de seu objeto, bem como observar a **legislação vigente**, as **normas de segurança e saúde do trabalho** e os **deveres indiretos intrínsecos** a toda e qualquer contratação decorrentes dos **princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva**.

**Parágrafo primeiro.** O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) viabilizar todas as condições internas necessárias à efetiva execução do objeto pela CONTRATADA, observadas as condições, especificações e obrigações fixadas neste termo de contrato e seus anexos e apêndices;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio de servidor ou equipe de fiscalização designada para este fim, e mediante processo administrativo de gestão e fiscalização, nos termos fixados no art. 117 da Lei 14.133/2021;
- c) exigir o cumprimento integral de todas as especificações técnicas, metodologias, etapas, prazos e demais condições gerais fixadas no Termo de Referência/Projeto Básico anexo;
- d) efetuar a **liquidação** e **pagamento** das despesas decorrentes da execução do objeto contratual, observadas as condições, prazos e valores proporcionais ao que fora efetivamente executado e aceito pela Fiscalização;

- e) promover a eventual e tempestiva **alteração contratual** decorrente de fato superveniente no sentido de garantir os melhores resultados às finalidades públicas concretas tuteladas pela presente contratação, observados os limites legais e as regras contidas neste termo de contrato e seus anexos;
- f) garantir a **manutenção do equilíbrio econômico-financeiro** da presente contratação, mediante os institutos do reajuste, repactuação, atualização e revisão de preços, observando-se os limites e condições legais, regulamentares e contratuais;
- g) responder formal e tempestivamente a todos **requerimentos** apresentados pela CONTRATADA, particularmente quanto a **pedidos de reajuste, repactuação, atualização e revisão de preços**, observados os prazos e condições contidas no art. 123 e parágrafo único da Lei 14.133/2021, caso outros prazos e condições não sejam fixados neste termo de contrato e seus anexos e documentos integrantes e vinculantes;
- h) **receber** formal e tempestivamente o objeto da presente contratação, observadas as regras contidas no Capítulo IX do Título III da Lei 14.133/2021 e neste termo de contrato e seus anexos;
- i) implementar os **controles de gestão necessárias e adequados** ao gerenciamento dos riscos decorrente da presente contratação, observadas as normas e diretrizes fixadas no Capítulo III do Título IV da Lei 14.133/2021, os regulamentos vigentes e as regras concretas contidas neste termo de contrato e seus anexos integrantes;
- j) observar para que, durante a vigência da presente contratação, sejam **mantidas todas as condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação ou no procedimento de contratação direta, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- l) apurar a **responsabilidade** do CONTRATADO em casos de inadimplemento contratual, e **aplicar as sanções cabíveis**, mediante observância rigorosa do **devido processo legal**, observadas as regras contidas no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021, de regulamentações infralegais e internas e das regras específicas contidas nos anexos integrantes ao presente termo de contrato;
- m) **extinguir** a presente contratação nas hipóteses e normas fixadas no Capítulo VIII do Título III da Lei 14.133/2021, observadas as regras regulamentares vigentes e concretas fixadas neste termo de contrato, sempre à luz do princípio da preservação dos contratos;
- n) em caso de extinção do presente contrato, adotar as **medidas assecuratórias dos interesses públicos** previstas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízos da adoção de outras medidas legalmente prevista e da apuração da responsabilidade e sancionamento da Contratada em caso culpa;
- o) **declarar a nulidade** da presente contratação em casos de irregularidades insanáveis, promovendo a **apuração das responsabilidades** e aplicando as **sanções administrativas e perdas e danos** cabíveis, observadas as diretrizes e normas contidas no Título III em seu Capítulo XI da Lei 14.133/2021, as regras regulamentares vigentes e contratuais pactuadas entre as partes;
- p) determinar a **preservação da presente contratação**, declarando as medidas corretivas necessárias e adequadas, nos casos de identificação de irregularidades sanáveis, nos termos previstos no Título III em seu Capítulo XI da Lei 14.133/2021, as regras regulamentares vigentes e contratuais pactuadas entre as partes;
- q) cumprir as demais obrigações dispostas neste termo de contrato e seus anexos e documentos integrantes e vinculantes, notadamente as obrigações elencadas no **item 5.2 e 5.3 do Termo de Referência/Projeto Básico**, Anexo I do Edital de Licitação respectivo.

**Parágrafo segundo.** A CONTRATADA obriga-se a:

- a) realizar a regularização da presente contratação junto aos órgãos e entidades públicas responsáveis, nos termos da legislação (se for o caso);
- b) indicar e manter **preposto(s)** formalmente constituído(s) para funcionar como elo com a CONTRATANTE, inclusive com a indicação de todos os canais de comunicação disponíveis e com poderes adequados e suficientes à solução de toda e qualquer questão contratual suscitada;
- c) prover **condições que possibilitem o início da execução do objeto** da presente contratação na forma

disposta neste termo de contrato e seus anexos e documentos integrantes e vinculativos;

**d) cumprir integralmente as especificações técnicas, metodologias executivas, prazos e condições gerais** fixadas no Termo de Referência/Projeto Básico anexo;

**e) atender** tempestiva e integralmente todas as **solicitações da Fiscalização** da presente contratação, como também **submeter-se as suas determinações** legítimas e compatíveis com as obrigações legais, regulamentares e contratuais;

**f) aceitar**, nas mesmas condições inicialmente pactuadas e observados os limites legais, os **acréscimos e supressões** que se fizerem necessárias ao escopo contratual, observados os requisitos e limites fixados na Lei 14.133/2021, como também nas normas regulamentares e regras contratuais;

**g) atuar** de forma proativa e colaborativa **no sentido de garantir o alcance dos melhores resultados técnicos possíveis com a execução do objeto**, comprometendo-se com a indicação de eventuais medidas técnicas a ajustes e readequações das especificações técnicas do objeto;

**h) responsabilizar-se exclusivamente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais** resultantes da execução da presente contratação, não podendo alegar qualquer situação de fato ou de direito que venha a transferir tal responsabilidade à CONTRATANTE, mesmo que parcialmente;

**i) ressarcir os eventuais prejuízos** causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por **atos comissivo ou omissivos, dolosos ou culposos**, cometidos por seus empregados, prepostos e/ou prestadores de serviços subcontratados na execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a existência de fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

**j) manter-se**, durante o prazo de vigência desta contratação, **em regulares condições de contratação, habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação**, como também **em compatibilidade com as obrigações assumidas**, fornecendo os documentos e informações necessárias para tal comprovação nos autos do processo de gestão e fiscalização contratual;

**l) prestar** todas as informações e apresentar a documentação necessárias para fins de **medição** (se for o caso), **liquidação e pagamento da despesa**, como também de **avaliação da qualidade** da prestação (se for o caso), observadas a legislação orçamentária e financeira vigente, as normas da Lei 14.133/2021 e as regras contratuais pactuadas;

**m) cumprir** as exigências de **reserva de cargos** previstas na [Lei nº 8.213/91](#) e na CLT, bem como em outras normas infralegais específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

**n) não integrar ou manter** no seu quadro societário, durante a vigência da presente contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos fixados arts. 2º, inc. VI, e 3º, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005;

**o) submeter-se às sanções administrativas e indenizações por perdas e danos** decorrentes de atos comissivos ou omissivos, dolosos ou culposos, de seus prepostos, empregados e prestadores de serviços subcontratados que representem infração a obrigações contratuais e/ou causem danos ao erário ou a terceiros;

**p) acatar as medidas saneadoras ou corretivas de irregularidades** na presente contratação determinadas pela CONTRATANTE, observados as condições e limites legalmente fixados, as regras regulamentares e contratuais, exercendo os direitos subjetivos inerentes ao devido processo legal;

**q) contribuir de boa-fé para com as medidas de preservação da presente contratação em casos de irregularidades ou inadimplementos contratuais identificados**, inclusive submetendo-se aos **ajustamentos de condutas** propostos pela CONTRATANTE;

**r) submeter-se aos meios alternativos de solução de controvérsias** contratuais previstos na Lei 14.133/2021 e neste termo de contrato;

**s) garantir** o objeto executado e entregue no prazo e nas condições fixadas na legislação vigente, responsabilizando-se pela **solidez e segurança** de materiais e serviços executados;

t) reparar e corrigir os **vícios, defeitos incorreções executivas identificadas**, observado o prazo fixado pela Fiscalização;

u) cumprir as **demais obrigações** dispostas neste termo de contrato e seus anexos e documentos integrantes e vinculantes, notadamente as obrigações elencadas no item **5.4 do Termo de Referência/Projeto Básico**, Anexo I do Edital de licitação respectivo.

## **CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS CONTRATADOS**

A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NA PARAÍBA pagará à CONTRATADA o(s) valores abaixo, já acrescido de todas as despesas (impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, mão-de-obra, etc...):

### **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PATOS/PB:**

<b>GRUPO</b>	<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO RESUMIDA</b>	<b>UN ID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>PREÇO UNIT. (R\$/M²)</b>	<b>PREÇO TOTAL (R\$)</b>
	2	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de arquitetura, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes - REFORMA DE BANHEIROS E COPAS	UN	1.700	17,99	30.583,00
	3	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de paisagismo, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.700	2,89	4.913,00
	4	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de sinalização e identidade visual, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.700	3,00	5.100,00
	5	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de acessibilidade, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.700	3,07	5.219,00
	6	Serviços técnicos especializados de <b>maquete eletrônica, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.700	3,95	6.715,00
	7	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de fundação (infraestrutura), por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.700	2,64	4.488,00
	8	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de estrutura (superestrutura), por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.700	7,27	12.359,00
	9	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de instalações elétricas prediais, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.700	5,06	8.602,00

01	10	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de instalações de rede estruturada de telefonia (voz) e lógica (dados), por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.70 0	3,85	6.545,00
	11	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de sistemas prediais de CFTV e controle de acesso, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.70 0	2,24	3.808,00
	12	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio (PCI), por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.70 0	4,23	7.191,00
	13	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de instalações hidrosanitárias prediais, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.70 0	3,55	6.035,00
	14	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de instalações prediais de drenagem de água pluviais, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.70 0	1,63	2.771,00
	15	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de sistemas prediais de climatização, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.70 0	3,04	5.168,00
	16	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de fachadas, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.70 0	2,71	4.607,00
	17	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de subestação e gerador, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.70 0	1,80	3.060,00
	18	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de impermeabilização, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.70 0	1,33	2.261,00
	19	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de pavimentação, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	780	1,23	959,40
	20	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de elevadores, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.70 0	0,93	1.581,00
	21	Serviços técnicos especializados de elaboração de <b>projeto de instalações de SPDA, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.70 0	1,00	1.700,00
22	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de <b>sistema de minigeração fotovoltaica on-grid, por metro quadrado de área</b> , observadas as normas técnicas vigentes	UN	1.50 0	12,31	18.465,0 0	

<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)</b>	<b>142.130,40</b>
---	-------------------

### INDENIZAÇÃO PARA CUSTEIO DE DESCOLAMENTOS E ESTADIAS

NATUREZA DA INDENIZAÇÃO	REFERÊNCIA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Deslocamento (s)	Locação veículo (diárias)	5	R\$ 150,00	R\$ 750,00
	KM Rodado	608	R\$ 0,92	R\$ 559,36
Estadia (s)	4 Diárias para 2 profissionais	8	R\$ 624,76	R\$ 4.998,08
<b>TOTAL VALORES DE INDENIZAÇÃO (R\$)</b>				<b>R\$ 6.307,44</b>

### GERENCIAMENTO DE PROJETOS:

DISCIPLINAS DE PROJETO	ÁREA CONSTRUÍDA	PERCENTUAL DE REMUNERAÇÃO SOBRE O VALOR DO CONTRATO	VALOR (R\$)
ATÉ 4 DISCIPLINAS DE PROJETOS INTERDEPENDENTES E COMPLEMENTARES ENTRE SI RELATIVAS À MESMA EDIFICAÇÃO	Até 1.000 m <sup>2</sup>	25%	-
	Entre 1.001 e 5.000 m <sup>2</sup>	20%	<b>R\$ 28.426,08</b>
	Acima de 5.000 m <sup>2</sup>	10%	-

3.4. O valor total da contratação será de **R\$ 176.863,92 (cento e setenta e seis mil oitocentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos).**

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**

A despesa prevista nesta contratação encontra-se empenhada, conforme Nota de Empenho 2025NE000268, de 14 de agosto de 2025, estando inclusas as despesas previstas com serviço técnico especializado, deslocamento/estadia e/ou gerenciamento de projeto, na Natureza de Despesa "4.4.90.00 - Despesa de Capital", estando inclusa no PCA/2025 (doc. 5048700), com alterações posteriores, sob a classificação "JC4EQa2NA", Centro de Custos "NA - PAC (ANEXO 2) (CAPITAL) " e atendendo aos limites de gastos.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

Os valores pactuados nesta contratação poderão ser **reajustados**, para mais ou menos, de acordo com a variação do **INCC - DI (Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna)**, da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que venha a substituí-lo, nos termos fixados no SUBITEM 7.7 do Projeto Básico/Termo de Referência.

**Parágrafo primeiro.** A periodicidade do reajustamento será **anual**, a contar da data limite para apresentação da proposta, nos termos fixados no art. 92, § 4º, da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo segundo.** A data base para reajustamento dos valores pactuados neste termo de contrato será o mês de agosto, sendo o **índice de reajuste do contrato** o resultado acumulado do período anual anterior a tal data.

**Parágrafo terceiro.** O reajustamento deverá ser concedido pela CONTRATANTE independente de requerimento da CONTRATADA, em até **60 dias** contados da **data base**, devendo ser **registrado mediante simples apostilamento contratual** nos autos do processo de gestão e fiscalização do contrato.

**Parágrafo quarto.** No caso da **concessão automática do reajustamento** indicado no parágrafo anterior, deverá a CONTRATADA ser notificada previamente em relação ao índice a ser aplicado, podendo contraditar justificadamente no prazo de até 5 dias úteis.

**Parágrafo quinto.** O direito ao reajuste contratual poderá ser denegado totalmente, ou negociado em relação a seu *quantum*, por acordo entre as partes, sendo devidamente registrado no respectivo apostilamento contratual.

**Parágrafo sexto.** A regra de reajuste prevista no caput poderá ser objeto de alteração, inclusive quanto ao índice e metodologia, por acordo entre as partes, desde que não represente desequilíbrio econômico-financeiro injusto ao erário.

## **CLÁUSULA NONA – DA REVISÃO DE PREÇOS**

No decorrer da vigência da presente contratação, havendo comprovado **desequilíbrio econômico-financeiro por qualquer das partes contratantes**, caberá a **revisão dos preços pactuados**, para mais ou para menos, nos termos fixados nos arts. 124, inc. II, alínea “d”, 130 e 134, todos da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo primeiro.** No caso de **desequilíbrio contratual**, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o *quantum* do impacto negativo na economia contratual em decorrência do evento superveniente suscitado.

**Parágrafo segundo.** O fim da vigência contratual **não impede a revisão dos preços pactuados**, desde que a parte interessada tenha alegado formalmente o desequilíbrio antes do termo final da vigência, nos termos do art. 131 da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo terceiro.** A revisão dos preços contratuais deverá ser processada mediante processo administrativos que garanta amplamente o contraditório e a ampla defesa, devendo ser determinada por **ato decisório da autoridade competente** e formalizada por intermédio de **Termo Aditivo pactuado entre as partes**.

**Parágrafo quarto.** A CONTRATANTE deverá analisar e emitir decisão fundamentada em relação ao pedido de revisão de preços no **prazo máximo de 30 dias**, salvo se pendente informações ou documentos que devam ser prestados ou fornecidas pela CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ACEITAÇÃO OU REJEIÇÃO DO OBJETO EXECUTADO**

O objeto executado pela CONTRATADA será medido e analisado pela Fiscalização que poderá aceitá-lo ou rejeitá-lo, total ou parcialmente, observados os procedimentos e prazos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico anexo.

**Parágrafo primeiro.** A Fiscalização deverá emitir **nota técnica** detalhando a aceitação e/ou rejeição do objeto executado, inclusive indicando eventual parcela a ser **glosada** e a **redução percentual** do valor do pagamento em decorrência do IMR, para fins de registro processual, conhecimento da CONTRATADA e

controle de gestão.

**Parágrafo segundo.** Nenhuma despesa será liquidada e pagamento será realizado sem a prévia **atestação** de sua efetiva execução por parte da Fiscalização.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA**

O **pagamento** será efetuado a proporção dos serviços efetivamente executados no período e aceitos pela Fiscalização, conforme procedimentos e prazos fixados no Termo de Referência/Projeto Básico anexo.

**Parágrafo primeiro.** Em regra, o pagamento deverá ser posterior à execução e aceitação dos serviços, exceto em situações excepcionais em que poderá haver antecipação de pagamento, com fulcro no disposto no art. 145, § 1º, Lei 14.133/2021.

**Parágrafo segundo.** O valor a ser pago pela execução do objeto fixado na Cláusula Primeira poderá ser reduzido em razão da má qualidade na execução, nos termos atestados pela Fiscalização (se for o caso).

**Parágrafo terceiro.** A partir da legislação tributária vigente e aplicável ao objeto, a CONTRATANTE deverá realizar as deduções de impostos e contribuições para fins de recolhimento direto, devendo pagar à CONTRATADA apenas o valor líquido.

**Parágrafo quarto.** Poderá haver **retenção e glosa**, parcial ou total, do valor a ser pago à CONTRATADA. A retenção é aplicável para assegurar direitos a indenização por prejuízos em geral e para fins de quitação de sanções de natureza pecuniárias eventualmente aplicáveis; já a glosa destina-se redução do valor a ser pago em face de inexecuções constatadas e de má qualidade na execução do objeto.

**Parágrafo quinto.** Havendo controvérsia em relação ao quantum a ser retido, ou ainda não operada o trânsito em julgado do processo de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções, a CONTRATANTE deverá determinar a retenção cautelar do valor máximo, liberando imediatamente o pagamento da parte incontroversa.

**Parágrafo sexto.** Havendo **atraso** entre a data prevista para o pagamento e o dia do efetivo adimplemento da parcela devida, poderá a CONTRATADA requerer formalmente, **no prazo máximo de 30 dias**, a devida **atualização financeira** do respectivo valor, a qual será realizada segundo a seguinte metodologia:

**EM = VP x ICM x N x I**, onde:

**EM** = Encargos Moratórios

**VP** = Valor da parcela a ser paga

**ICM** = Índice de correção monetária: IPCA

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

**I** = Juros de mora de 6% a.a ou 0,01644% a.d, assim apurado:

$$I = \left( \frac{TX}{365} \right) I = \left( \frac{6}{100} \right) I = 0,0001644$$

**Parágrafo sétimo.** A atualização monetária indicada no parágrafo anterior deverá ser registrada por apostilamento nos autos do processo de gestão e fiscalização da execução da presente contratação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A execução do objeto da presente contratação deverá ser **acompanhamento e fiscalizada** por servidor ou equipe de **Fiscalização**, especialmente designada para esse fim, à luz do disposto no art. 117 da Lei 14.133/2021, na [IN nº 05/2017](#) – SEGES/MPDG e nas normas internas de gestão e fiscalização de contratos, nos termos descritos e detalhados no **subitem 7.9 do Termo de Referência/Projeto Básico** anexo.

**Parágrafo primeiro.** São atividades típicas do acompanhamento e fiscalização contratual, as quais constam detalhadas de forma concreta no Termo de Referência/Projeto Básico anexo:

a) garantir o cumprimento integral das obrigações contratuais;

- b) aceitar ou rejeitar a execução do objeto para fins de liquidação e pagamento;
- c) receber provisoriamente o objeto, nos termos fixados no art. 140, Lei 14.133/2021 e especificados neste termo de contrato e seus anexos;
- d) anotação em registro próprio todas as ocorrências importantes para fins de posterior comprovação e controle;
- e) determinar correções de falhas ou defeitos técnicos;
- f) comunicar formal e tempestivamente aos superiores para adoção de medidas que não sejam de sua atribuição;
- g) propor eventuais ajustes técnicos no escopo contratual para melhor atendimento à demanda da Instituição.

**Parágrafo segundo.** Caberá ao gestor contratual a **coordenação e supervisão** das atividades de acompanhamento e fiscalização do contrato, observadas as atribuições contidas fixadas nas normas regulamentares e internas, como também o disposto no Termo de Referência/Projeto Básico anexo.

**Parágrafo terceiro.** Não será permitido à gestão e fiscalização praticar **ingerência direta na gestão** da CONTRATADA, ou realizar qualquer tipo de **solicitação fora do escopo contratual**, exceto quanto a situações em que **haja justificada necessidade de antecipação de efeitos** de futura alteração contratual, conforme previsto no art. 132 da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo quarto.** A gestão e fiscalização permanente da presente contratação **não exime ou reduz a responsabilidade** da CONTRATADA pela fiel execução do escopo contratual e por prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

**Parágrafo quinto.** A CONTRATADA deverá submeter-se às solicitações e determinações legítimas da gestão e fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PARÂMETROS DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

A presente contratação poderá ser alterada em qualidade e quantidade visando melhorar os resultados pretendidos ao interesse público concreto tutelado, observados os requisitos e limites contidos no Capítulo VII do Título III da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo primeiro.** As alterações contratuais deverão sempre observar os seguintes requisitos e limitações:

- a) ser decorrentes de fatos supervenientes à contratação, entendidos como sendo aqueles fatos inexistentes, ou não conhecidos, bem como aquelas que eram conhecidos, mas de consequências incalculáveis, antes da seleção do fornecedor;
- b) não desnaturar ou transfigurar o objeto da contratação;
- c) os percentuais contidos no art. 125 da Lei 14.133/2021 limitam as alterações em relação ao valor global atualizado da contratação, não incidindo isoladamente sobre cada item ou grupo de itens do objeto; e,
- c) os conjuntos de reduções e acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor total atualizado do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo segundo.** Em qualquer caso de alteração contratual, deverá ser garantido, em homenagem aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa e da isonomia, que não haja desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial, preservando-se inatingível o desconto inicialmente proposto pela CONTRATADO.

**Parágrafo terceiro.** Qualquer alteração contratual decorrente de situações ou hipóteses previstas nesta cláusula deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se a hipótese prevista na alínea “a” do parágrafo terceiro desta cláusula.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em virtude da ocorrência de infração contratual, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade da CONTRATADA, como também para fins da aplicação da(s) sanção(ões) administrativa(s) cabível(is), garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme procedimentos fixados no **item 9** do Termo de Referência/Projeto Básico anexo.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A presente relação contratual poderá ser extinta antecipadamente no interesse de uma das partes, ou de ambas, nas hipóteses fixadas no art. 137 da Lei 14.133/2021, respeitado o contraditório e ampla defesa e garantida a tutela do interesse público, e desde que não haja culpa concorrente da CONTRATANTE e nem grave prejuízo às finalidades públicas pretendidas com a contratação.

**Parágrafo primeiro.** A **extinção antecipada do contrato** poderá ser formalizada por **ato unilateral**, a critério da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:

- a) nas hipóteses previstas nos incisos do art. 137 da Lei 14.133/2021;
- b) transferência total da execução do objeto a terceiros, exceto nos casos de mutações empresariais em que exista vínculos entre a CONTRATADA e o terceiro; e,
- c) nos casos de aplicação das sanções administrativas de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, incs. III e IV, Lei 14.133/2021, regulado contratualmente pela cláusula **décima terceira** deste termo de contrato.

**Parágrafo segundo.** A extinção do contrato será direito subjetivo da CONTRATADA, exercido mediante petição formal acostada aos autos da gestão e fiscalização, a qual deverá ser objeto de análise e decisão da CONTRATANTE no prazo de até 30 dias, sempre que ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 137, § 2º, Lei 14.133/2021.

**Parágrafo terceiro.** A rescisão contratual poderá ser **amigável**, por acordo entre as partes, por conciliação ou por medição, desde que não prejudicial às **finalidades públicas** tuteladas pela contratação.

**Parágrafo quarto.** Na ocorrência de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação específica.

**Parágrafo quinto.** A luz do princípio da indisponibilidade do interesse público e da preservação dos contratos, não poderá haver a rescisão contratual quando essa não for a medida objetivamente mais vantajosa ao interesse público primário.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A presente contratação regula-se:

- a) por suas próprias cláusulas e condições, bem como pelas regras fixadas nos documentos anexos integrantes e vinculativos;
- b) pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores;
- c) pela IN nº 05/2017 - SEGES/MPDG e alterações posteriores;
- d) regulamentos internos de gestão e fiscalização dos contratos ([Portaria GDF nº 01/2022 – JFPB](#));
- e) regulamento do procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas por inadimplemento contratual (Portaria GDF nº 80/2016 – JFPB);
- f) pelos preceitos e princípios de Direito Público;
- g) supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado.

**Parágrafo único.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os termos das normas e princípios supracitados, prevalecendo a ordem hierárquica contida no *caput*.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE E DA EFICÁCIA

A eficácia interpartes do presente contrato fica condicionada à divulgação integral do presente termo de contrato no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas, à luz do que preceitua o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo primeiro.** Havendo a divulgação no prazo estabelecido nos dispositivos legais indicados no *caput* desta cláusula, o termo inicial de sua **eficácia** contará a partir da data de sua assinatura ou outro prazo pactuado.

**Parágrafo segundo.** Havendo a publicação após o prazo estabelecido nos dispositivos legais indicados no *caput* desta cláusula, o termo inicial de sua **eficácia** contará a partir da data de sua efetiva divulgação.

**Parágrafo terceiro.** A íntegra do presente termo de contrato também será divulgada no site oficial da CONTRATANTE, inclusive com a disponibilização de ferramenta de buscas por palavras, nos termos da jurisprudência do TCU, no prazo de até **30 dias** após sua assinatura.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVERSAS

Em caso de controversas referentes ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes, ao cálculo do *quantum* de indenizações e à extinção antecipada da presente contratação, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, especialmente a **conciliação** e **mediação**.

**Parágrafo único.** Havendo a opção consensual pela conciliação ou mediação, deverão as partes pactuarem **compromisso irrevogável** de aceitação e submissão à solução alcançada e determinada, como também à observância aos requisitos, procedimentos e ritos previstos na legislação específica vigente.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

O CONTRATADO declara, por este instrumento contratual, que cumpre com toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, assegurando a observância do disposto no conjunto normativo aplicável por seus colaboradores e prestadores de serviços que venham a ter acesso aos dados pessoais associados à CONTRATANTE.

**Parágrafo Primeiro.** O CONTRATADO garante o tratamento de dados pessoais associados à CONTRATANTE será realizado única e exclusivamente para a execução do objeto contratual, não podendo realizar outra operação ou finalidade com referidos dados sem a prévia e expressa autorização ou solicitação da CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo.** O CONTRATADO prestará, quando requerido, assistência à CONTRATANTE para fins de fornecimento de informações e/ou esclarecimentos às autoridades competentes, conforme exigido pela legislação aplicável quando tais informações se encontrem na posse do CONTRATADO ou de seus fornecedores/ terceiros autorizados.

**Parágrafo Terceiro.** O CONTRATADO notificará em até 48 horas à CONTRATANTE sobre qualquer reclamação, solicitação ou questionamento recebido das autoridades competentes e/ou de titulares de dados, e não o responderá em nome da CONTRATANTE a qualquer solicitação desta natureza, a menos que expressamente autorizado.

**Parágrafo Quarto.** O CONTRATADO deverá garantir a confiabilidade e privacidade de qualquer funcionário ou terceiro que possa ter acesso aos dados pessoais associados à CONTRATANTE, inclusive por meio de instrução adequada e sujeição a compromissos de confidencialidade e privacidade.

**Parágrafo Quinto.** Na ocorrência de incidentes que possam acarretar riscos ou danos relevantes aos titulares dos dados pessoais associados à CONTRATANTE, o CONTRATADO obriga-se a notificar imediatamente a CONTRATANTE do ocorrido, além de cooperar com a investigação de causas do respectivo incidente.

**Parágrafo Sexto.** O CONTRATADO será responsável, às suas expensas, pela investigação das causas dos

incidentes de segurança que tenham ocorrido no âmbito da execução contratual e pela remediação de suas consequências, sempre relatando à CONTRATANTE as medidas adotadas e resultados obtidos.

**Parágrafo Sétimo.** Após o término da relação contratual, o CONTRATADO deverá eliminar, excluir, anonimizar ou devolver à CONTRATANTE, todos os dados pessoais a ela associados que estiverem em sua posse, dando continuidade compromisso de garantir a confidencialidade, privacidade e a proteção de tais dados.

**Parágrafo Oitavo.** O CONTRATADO obriga-se a indenizar e isentar de responsabilidades a CONTRATANTE contra quaisquer ações, reclamações, perdas, danos, despesas de qualquer natureza sofridas pela CONTRATANTE decorrentes da violação da LGPD.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

Para dirimir controversas oriundas da presente contratação, será competente o Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau na Paraíba, com prejuízo de qualquer outro previsto nas regras processuais.

E, por estarem justos e de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui pactuadas, firmam o presente, que vai assinado pelas partes eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA**, **DIRETOR DO FORO**, em 14/08/2025, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA HELENA DURANTE**, **Sócia**, em 14/08/2025, às 20:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **5311802** e o código CRC **DDDF19F4**.